



# REDE DE RELAÇÕES DO INSTITUTO AYRTON SENNA: articulações para o substanciamento das parcerias público-privadas entre o Instituto Ayrton Senna e a Secretaria Municipal de Educação de Maceió-AL

*Nélida Fernanda Inácio da Silva*<sup>1</sup>

*Inalda Maria dos Santos*<sup>2</sup>

## RESUMO

Diante da expansiva e notória atuação do Instituto Ayrton Senna (IAS) no Brasil e na rede pública de ensino da capital alagoana, o presente texto preocupa-se com a apresentação e análise da rede de relações que substancia a parceria público-privada (PPP) entre o IAS e a Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED). Os principais resultados da pesquisa apontam que são três as frentes que se relacionam com o Estado através das PPP, sendo elas os Organismos Internacionais, as Associações Sem Fins Lucrativos (ASFL) e as empresas privadas. Ao engendrar-se na educação pública, essa rede atua de modo a inserir, através do consenso, a lógica do privado sobre o público.

**Palavras-chave:** Instituto Ayrton Senna. Maceió-AL. Parcerias público-privadas. Rede de relações.

## AYRTON SENNA INSTITUTE'S NETWORK OF RELATIONSHIPS: articulations for substantiating public-private partnerships between the Ayrton Senna Institute and the Municipal Education Department of Maceió-AL

## ABSTRACT

Given the broad and notorious performance of the Ayrton Senna Institute (IAS) in Brazil and public school network in Maceió/Alagoas, the current study is concerned

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação, Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas - PPGE/UFAL, Maceió, Alagoas, Brasil; Grupo de Pesquisa em Gestão e Avaliação Educacional - GAE/UFAL e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Estado, Sociedade e Educação - GP-TESE/UFAL. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7849-5435>. E-mail: [nelida.silva@cedu.ufal.br](mailto:nelida.silva@cedu.ufal.br)

<sup>2</sup> Doutorado em Educação, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas - PPGE/UFAL, Maceió, Alagoas, Brasil; Líder e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5520-2668>. E-mail: [inaldasantos@uol.com.br](mailto:inaldasantos@uol.com.br)



with the presentation and analysis of the network of relationships that substantiates the public-private partnership (PPP) between the IAS and Maceió Municipal Education Secretariat (SEMED). The main results of the research shows that there are three fronts that connect with the State through PPP, they are the International Organizations, the Non-Profit Associations (ASFL) and private companies. When participating in public education, this network acts in such a way as to insert, through consensus, the logic of the private over the public.

**Keywords:** Ayrton Senna Institute. Maceió-AL. Public-Private Partnership. Network of relationships.

## **RED DE RELACIONES DEL INSTITUTO AYRTON SENNA: articulaciones para fundamentar las alianzas público-privadas entre el Instituto Ayrton Senna y el Departamento de Educación Municipal de Maceió-AL**

### **RESUMEN**

Dado el desempeño expansivo y notorio del Instituto Ayrton Senna (IAS) en Brasil y en la red pública de ensino de la capital de Alagoas, este texto se preocupa por la presentación y análisis de la red de relaciones que sustenta la alianza público-privada (PPP) entre la IAS y la Secretaría de Educación Municipal de Maceió (SEMED). Los principales resultados de la investigación muestran que existen tres frentes que se relacionan con el Estado mediante las APP, son ellos los Organismos Internacionales, Asociaciones Sin Fines de Lucro (ASFL) y empresas privadas. Mezclándose en la educación pública, esta red actúa de tal manera que inserta, por consenso, la lógica de lo privado sobre lo público.

**Palabras clave:** Instituto Ayrton Senna. Maceió-AL. Asociaciones público-privadas. Trabajo en red.

### **INTRODUÇÃO**

O texto aqui exposto apresenta os resultados analíticos da rede de relações para parcerias público-privadas do Instituto Ayrton Senna (IAS), oriundos da pesquisa em nível de mestrado intitulada “O instituto Ayrton Senna na educação pública de Maceió: as parcerias público-privadas no volante da política pública educacional”, e contou com o apoio financeiro por meio de bolsa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Os dados apresentados adiante compõem uma das discussões que permearam as análises realizadas. No sentido de compreender os sustentáculos histórico-políticos que envolvem a atuação do Instituto Ayrton Senna (IAS) via parceria público-privada na capital de Alagoas, foram empreendidos esforços para delinear a rede de relações



construída nas ações desta parceria e que permite a capilarização das ações do IAS no município.

Parte-se, pois, de dois pressupostos: O primeiro assenta-se na compreensão de que as parcerias público-privadas são “[...] uma ferramenta de gestão favorecida por governos, empresas e agências de desenvolvimento internacional” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p. 1135) com abrangência notória desde 1990, de modo a alterar profundamente a forma de elaborar e implementar as políticas públicas educacionais no Brasil e no mundo.

Por sua vez, o segundo pressuposto parte da compreensão de que os sustentáculos para o favorecimento desse instrumento de gestão resultam do processo histórico de readequação das estratégias do sistema capitalista, mediante a adesão das teorias e práticas neoliberais por volta de 1970. Reestruturação essa que confere destaque político ao papel dos organismos internacionais, das Associações Sem Fins Lucrativos (ASFL) e ao setor privado de tal modo que, em articulação com o Estado, esses três grupos possuem papel preponderante na rede de relações que subsidiam as parcerias público-privadas (PPP).

Sendo assim, analisar a rede de relações para as PPP nos revela mais que uma simples composição, nos apresenta o modo de capilarização do que Cêa (2021) denomina como a “nova” economia política da educação, elemento preconizador da reestruturação das políticas educacionais de acordo com a agenda global defendida pelos organismos internacionais.

Para tanto, expõe-se a seguir os resultados da análise do objeto apresentado em dois momentos. No primeiro, objetiva-se apresentar e problematizar a estrutura social-política que permite a regulamentação e capilarização das PPP enquanto forma de gestão privilegiada, ao tempo em que se evidencia as três frentes de articulação das PPP que as análises permitiram identificar.

No segundo momento do texto é evidenciada a prevalência do setor privado na rede das PPP através da exposição e análise da rede de relações nacional e internacional, identificada na parceria entre o IAS e Secretaria



Municipal de Educação do município de Maceió-AL (SEMED). Por fim, a análise permite inferir que, além da própria capilarização do modo de gestão por PPP, essa relação engendra um projeto educacional próprio de interesse das organizações privadas que as compõem.

Os dados aqui apresentados são oriundos de uma pesquisa do tipo explicativa (GIL, 2008), que adotou uma abordagem qualitativa (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2000) orientada pelo método materialista histórico dialético (MASSON, 2012). Os instrumentos de coleta de dados foram: a reunião de documentos dos sites oficiais da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e do Instituto Ayrton Senna (IAS), dos diários oficiais do município de Maceió entre os anos de 2015 (ano de início dos programas investigados) e 2019 e *in loco*; e entrevista enquanto técnica complementar. Apesar dos dados deste último instrumento não integrarem a discussão aqui apresentada, eles contribuíram em outros aspectos abordados no texto integral da pesquisa. A análise do corpus teve como base a metodologia de análise de documentos de política educacional sugerida por Shiroma, Campos e Garcia (2005) e a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

Espera-se que a discussão aqui travada possa contribuir com a compreensão crítica das influências que as parcerias público-privadas possuem sobre a educação pública como um todo e na capital alagoana. É necessário, pois, uma ampliação na produção de conhecimento sobre a atuação das parcerias público-privadas via IAS, principalmente no nordeste do país, de modo a contribuir para a ação dos responsáveis pela formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais em Maceió-AL e em todo o território nacional.

## **OS SUSTENTÁCULOS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

Os entremeios permissivos das parcerias público-privadas necessitam de uma estrutura física, política e jurídica que subsidie sua existência e manutenção. Decerto, o encadeamento dos acontecimentos históricos desde 1970 direcionou uma reorganização de poder, de modo a conferir destaque aos organismos internacionais como, por exemplo, a Organização



das Nações Unidas (ONU) e suas secretarias, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), dentre outros. Uma reorganização em escala global entre o capital e os Estados que garantiu tal estrutura e impactou em diversos âmbitos das políticas educacionais, através de documentos e orientações advindas de organismos como as que trazem em seu bojo orientações impregnadas de sentido e pressupostos típicos da estratégia neoliberal.

Esse contexto fortalece o direcionamento das políticas públicas educacionais mediante as influências desse fenômeno global. Nesse ensejo, destaca-se o programa de parcerias público-privadas (PPP), lançado pela ONU em 2004, que, segundo Robertson e Verger (2012), reuniu esforços em torno de um mesmo objetivo, combinando a articulação entre Estados, organismos internacionais e o setor privado.

Com as bases estatais e educacionais permeadas pela hegemonia neoliberal, as parcerias público-privadas, aqui compreendidas enquanto um instrumento privilegiado de gestão pública, promovem uma “[...] expansão muito rápida da atividade do setor privado no âmbito da esfera da educação pública” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1135), ganhando destaque, assim, as parcerias público-privadas educacionais (PPPE). Estas que, enquanto “[...] dinâmica predominante, embora não exclusiva, da nova Economia Política da Educação” (CÊA, 2016, p. 5), têm se tornado cada vez mais significativas no setor da educação.

[...] as PPP em educação significam mais do que um arranjo técnico entre os setores público e privado. **Elas fazem parte do plano de reestruturação das políticas educacionais**, pois a agenda global, defendida especialmente pelos organismos internacionais (SANTOS; CÊA; PAZ, 2018, p. 3, **grifo nosso**).

Assim sendo, as políticas públicas educacionais do Brasil e do mundo encontram-se em um contexto em que a ferramenta privilegiada para pensar e fazer educação tem, enquanto mote, a relação estreita entre o Estado e os aparelhos privados de hegemonia da classe burguesa. Por



consequência, o projeto social destes mesmos organismos foi deslocado para o centro do direcionamento destas políticas.

No Brasil, observa-se que a composição da rede de relações que substanciam as PPPE se manifesta em três grandes frentes. A primeira e a mais visível são as supracitadas orientações via documentos, acordos e orientações dos organismos internacionais; a segunda é uma vasta rede filantrópica e a terceira, e menos visível, são as empresas privadas educacionais.

As orientações via documentos ocorrem através de uma diversidade de eventos internacionais que, no geral, resultam em produção de relatórios orientadores da educação global. Dentre essas, é possível destacar a Conferência de Jomtien, em 1990 na Tailândia, que resultou no Plano Decenal de Educação para Todos, assumido pelo Brasil enquanto compromisso internacional e, na sequência, incorporado à política educacional brasileira. São diversos os eventos e as orientações que pautam a Educação Básica brasileira sob o financiamento e direcionamento de organismos internacionais como: UNESCO, UNICEF, BM, BID e PNUD. Essa frente possui como eixo principal a influência direta na produção de corpo jurídico e estrutural da educação.

A segunda frente de inserção da lógica neoliberal na educação se dá através de uma vasta rede de instituições privadas de caráter filantrópico. Seu papel é a influência na agenda política dos governos. Ao debruçar-se sobre o tema em nível internacional, Robertson e Verger salientam que:

Estes novos (e velhos) filantropos [...] **são poderosos, na medida em que são fundamentais, ativos, condutores de ações políticas, pesquisas e defesa de suas posições.** [...] Os novos filantropos de "risco" salientam, simultaneamente, a melhoria da educação para crianças pobres ou minorias, financiam programas e redes que **utilizam a linguagem do mercado para a mudança social, e esperaram agressivos retornos para seus investimentos** (ROBERTSON; VERGER, 2012, p. 1147, **grifo nosso**).

No Brasil é possível identificar pelo menos três dos vastos grupos existentes. São eles a Fundação Lemann, que atua desde a Educação



Básica, em programas para a alfabetização, até o Ensino Superior, com ofertas de bolsas de estudos internacionais, na construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e está presente em diversos programas junto ao MEC e secretarias estaduais e municipais de educação; o Instituto Unibanco, que oferta assessoria, formações e análise de dados às redes públicas de educação; e o Instituto Ayrton Senna que possui uma abrangência de destaque no território brasileiro ao desenvolver diversos programas voltados para o ensino/aprendizagem e gestão via parcerias com a rede pública de ensino.

A terceira grande frente das PPPE no Brasil são as empresas educacionais. Sobre elas, Robertson e Verger (2012) afirmam que, apesar do avanço nas pesquisas, ainda pouco se sabe sobre sua função a respeito das PPPE. No entanto, os estudos de Cêa (2016) nos revelam dois movimentos perceptíveis. O primeiro é a compra de empresas educacionais brasileiras por empresas internacionais, realizadas pelas empresas *LaureateEducation*, *DeVryEducationGroup*, *Apollo EducationGroup*, e *Pearson*, evidenciando o interesse do mercado educacional internacional pelo brasileiro e o segundo é a atuação de empresas educacionais no mercado financeiro como a *Participações S/A*, a *Kroton Educacional S/A*, a *Ser Educacional S/A*, a *GAEC Educação S/A* e a *Somos Educação S/A*. Além disso, nota-se nos estudos referentes a esta pesquisa uma forte articulação das ASFL com empresas educacionais de serviços editoriais e tecnológicos para a implementação de seus programas e projetos.

O resultado da articulação em rede entre as três frentes é não somente a expansão das parcerias público-privadas, mas sua capilarização também em rede. Resulta, pois, desse movimento a transposição da lógica do setor privado para o público e conseqüentemente a transformação da função do Estado e da educação pública na direção de uma formação humana nos moldes das necessidades mercadológicas do século XXI.

Essa rede de relações vai “[...] unindo pessoas e/ou organizações a partir de interesses comunitários, políticos, econômicos, [...]” (SOUZA; CAETANO, 2011, p. 122), de modo a possuírem um grande impacto de



influência no mercado educacional e nas políticas públicas educacionais brasileiras. Por esse motivo, “as redes têm sido os grandes laboratórios da gestão contemporânea” (PECI, 2000, p. 1) e fazem parte de uma “[...] colaboração ativa e organizada de organizações públicas, privadas e sem fins lucrativos e/ou indivíduos” (PECI, 2000, p. 2).

## **A REDE DE RELAÇÕES DO INSTITUTO AYRTON SENNA: ENGENDRAMENTO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL**

A análise do caminho percorrido para a implementação de cinco programas do Instituto Ayrton Senna (IAS) na rede pública de ensino de Maceió-AL, demonstra que na relação entre governos e o setor privado para a oferta de produtos ou serviços, o segundo emerge através das Associações Sem Fins Lucrativos (ASFL) e de empresas privadas, tanto em nível nacional como internacional. Essa observação foi realizada com base no mapeamento da rede de relações internacionais e nacionais do IAS que compunham a implementação dos programas Se Liga, Acelera Brasil, Gestão e Política de Alfabetização, Gestão Nota 10 e Fórmula da Vitória na capital alagoana. Esta articulação tem notáveis impactos no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais dos estados e municípios em que atuam.

O Instituto Ayrton Senna (IAS) é uma instituição privada de caráter filantrópico. Juridicamente, enquadrada na forma de propriedade pública não-estatal implementada pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). De ampla abrangência, o IAS esteve presente no ano de 2020 em 17 dos 26 estados brasileiros, fato que veio a fomentar a curiosidade de vários estudiosos da área (ADRIÃO; PERONI, 2010, 2011; COSTA, 2013; PERONI, 2007; POJO, 2014; MICHEL, 2010; SILVA, 2016), que reúnem esforços para compreender de que forma o IAS atua na política educacional e quais as implicações dessas relações.

Apesar de possuir alguns programas consolidados e outros com processos em definição, não resta dúvidas de que é sólida a rede de parceiros públicos e privados que o IAS vem construindo desde a sua



criação. Segundo o relatório de pesquisa de Adrião e Peroni (2011), essa rede possui um impacto social e é potencializada pelas ações técnicas e geográficas que os parceiros realizam conjuntamente. São ações que modificam o local em que se encontram e os auxiliam a chegar mais rapidamente a seus objetivos ao influenciar políticas educacionais de estados e municípios.

A rede internacional do IAS é composta por uma concisa atuação direta de organismos internacionais, dentre elas encontram-se a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como ilustrado na figura abaixo:

**Figura 1** – Rede de relações internacionais do Instituto Ayrton Senna (2015-2020)



**Fonte:** Elaborado pelas autoras com base nas informações publicadas no site oficial do IAS, 2020.



Essa vasta e sólida rede concentra suas ações na articulação e mobilização de estratégias globais, com o apoio efetivo dos países para o desenvolvimento segundo o mercado global. Trata-se de um movimento de legitimação recíproca, pois, na medida em que o IAS divulga e implementa as orientações dos organismos internacionais com os quais se relaciona, estes, que possuem poder de influência em todo o globo, reconhecem e certificam as ações e programas do IAS, a exemplo da chancela para a criação da Cátedra UNESCO da Educação e Desenvolvimento Humano, recebida em 2004, e a permissão para fazer parte do grupo de organizações parceiras da OCDE em 2012.

Esse tipo de relação cria uma organicidade retroalimentada na formação de intelectuais que dão “[...] homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2007, p. 15). Esses movimentos constroem o que, para Gramsci (2001), é uma das características mais marcantes na luta pela assimilação e conquista hegemônica, a elaboração de seus próprios intelectuais orgânicos no sentido de obter “[...] o consentimento voluntário e anuência espontânea, garantindo assim, a unidade do bloco social, em suas bases: estrutural (econômica) e superestrutural (ético-político)” (CÊA; PAZ, 2012, p. 4).

Além dos organismos internacionais, compõem também essa vasta rede as Associações Sem Fins Lucrativos (ASFL), amparadas juridicamente no bojo da forma de propriedade pública não-estatal implementada pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), no contexto das reformas estruturais neoliberais. Internacionalmente o IAS mantém parceria com três outras entidades filantrópicas. São elas a Citi Foundation, pertencente ao ramo financeiro que difunde a ideia de empreendedorismo, a Fundação Grupo Volkswagen, atuando na arrecadação de fundos para os projetos do IAS, e a VarkeyFoundation, que promove a ideia de competências emocionais em articulação com a UNESCO e a UNICEF. Juntos, esses grandes filantropos alimentam os principais axiomas neoliberais por meio de “[...] uma rede de desenvolvimento global, fundamental para a



globalização, e um tipo particular de PPPE” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p. 1135). É possível captar essa forma de relação em rede no seguinte trecho:

Por meio de entidades públicas não governamentais, o Estado convoca a iniciativa privada a compartilhar as responsabilidades pela educação [...]. Nessa conjuntura, as empresas são estimuladas a contribuir e desenvolver ações educacionais das mais diferentes modalidades (SHIRONA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 97).

A relação orgânica entre as entidades públicas não governamentais e as empresas privadas evidencia a terceira frente de articulação da rede das PPPE, completando um ato importante de “[...] provimento de bens e serviços educacionais, financiados, em boa parte, com recursos públicos” (CÊA, 2016, p. 14-15). No que tange esse aspecto, a rede de relação internacional do IAS é composta por parcerias com grandes conglomerados empresariais e bancos internacionais. Observa-se grandes conglomerados dos mais diversos na relação analisada, tais como de alimentos, desenvolvimento aeroespacial, automobilismo, desenvolvimento de software, mídias e serviços financeiros. Entre eles temos a Arcos Dourados, a Boeing, a Kia, a Lenovo, a Microsoft, a Sony, a Visa e o Banco Internacional do Desenvolvimento (BID).

Apesar dessas empresas não terem uma relação direta com o setor da educação, muito menos da educação pública, é possível perceber que um fortalecedor imediato dessa relação, como aponta Stabelini (2013), é a dedução de impostos às empresas mediante investimento em algum projeto social. Outro fortalecedor é a linguagem de mercado presente nos projetos de sociedade de ambos os setores com vistas ao avanço do movimento de hegemonia.

Por conseguinte, é possível observar uma semelhança nas estruturas relacionais locais e internacionais do IAS. Elas se dão na ampla presença de outras ASFL e empresas privadas de grande porte. A única disparidade relativa observada é que, no âmbito nacional, a atuação dos organismos internacionais se dá pela adesão do Estado e seus órgãos, se manifestando

em ações e documentos nacionais pautados nas orientações internacionais amplamente aderidas, como podemos observar na seguinte ilustração:

**Figura 2** – Rede de relações nacionais do Instituto Ayrton Senna (2015-2020)



**Fonte:** Elaborado pelas autoras com base nas informações publicadas no site oficial do IAS, 2020.

Diante da análise desta estrutura organizacional da rede de relações do IAS no Brasil, observa-se que a capilarização das ideias educacionais neoliberais e seus projetos via organismos internacionais, no tocante aos ajustes na estrutura educacional brasileira, capta um amplo aparato legislativo que mediante o apoio atemporal da sociedade política é capaz de tornar as estruturas estatais o espaço ideal para a implementação dos projetos dos organismos internacionais, estando os programas do IAS ocupando um espaço central na implementação desses princípios e ações.

A atuação dos órgãos públicos nesta rede se dá através de ações do Ministério da Educação, mediante a indicação nacional dos programas do IAS, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no financiamento com o valor anual de R\$ 466.440,00 destinados a coordenadores, estudantes de graduação, mestrado,



doutorado, e docentes da Educação Básica para estudos sobre as competências socioemocionais, e das secretarias municipais e estaduais de educação ao aderirem aos programas indicados pela união.

A adesão ao IAS pela sociedade política chama a atenção por caracterizar-se na extrapolação dos mandatos governamentais e das disputas políticas inerentes à democracia, apresentando-se fortemente independente da tendência política do governo. Esse movimento materializa-se em 2009, durante o governo Lula (2003-2011), na presença do programa "Acelera Brasil" no Guia de Tecnologias do MEC, indicado às secretarias de educação municipais e estaduais e conselhos municipais e estaduais de educação e sua manutenção no governo Dilma (2011-2016). Influyente na agenda da educação brasileira de tal modo a estar presente na construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A continuidade dessas ações não se encerra, mas se fortalece em 2018, na ocasião em que o IAS foi convidado pelo recém-eleito presidente, Jair Bolsonaro, para apresentar um diagnóstico da educação pública, resultando no documento Educação Já (2018), formulado em conjunto com o movimento Todos Pela Educação. Dessa maneira, a adesão privilegiada dos programas do IAS pelo setor público apresenta-se como uma irrefutável materialidade de que o projeto de reforma neoliberal da educação brasileira se manifesta estruturalmente, de modo a extrapolar mandatos e cargos de chefia.

No que tange a composição desta rede de relações por outras entidades do chamado terceiro setor, foi possível identificar mais seis além do próprio IAS, sendo elas: a Fundação Banco do Brasil, Fundação Lemann, Instituto Positivo, Instituto Unibanco, Consed e UNDIME. Todas isoladamente também com ampla capilaridade no território brasileiro.

Enquanto as relações do IAS com as Associações Sem Fins Lucrativos (ASFL) internacionais objetivam o fortalecimento dos acordos internacionais em torno das pautas da educação brasileira, a rede filantrópica do Brasil volta-se ao setor público com veemência na proposição direta de ações e políticas públicas educacionais. Para tanto, essas associações engendram-se de forma orgânica de modo que seus projetos sejam acatados e



implementados. Esse entrelace entre público e privado é típico do contexto das parcerias público-privadas, fenômeno pelo qual a lógica do privado direciona o setor público a tal ponto que se confunde com o mesmo.

Por sua vez, a atuação das empresas privadas brasileiras junto ao IAS volta-se principalmente ao financiamento de seus projetos e programas através de doações. Dentre essas empresas podemos observar a Lide Educação e o Insper, a Global Editora, próprias do setor educacional, mas também o Banco ITAÚ, a CCR (área de transporte), a Globosat (televisão), a Amil (plano de saúde), a Linx (área de software) e a SuperBAC (Biotecnologia).

Das três empresas da área da educação, duas possuem relação estreita com o grande capital, condição esta que justifica suas compreensões educacionais voltadas para o aumento da lucratividade. A LIDE Educação faz parte da LIDE, grupo de líderes empresariais que reúne empresas de diversos setores defensores do livre comércio e inclinados a participar da governança da esfera pública. Já o Insper é uma instituição de ensino superior atuante na área de negócios, economia, direito, engenharia, mecânica e computação, e possui participação direta na elaboração das diretrizes educacionais instituídas pelo IAS, mesmo não possuindo nenhuma atuação específica em pesquisas sobre Educação Básica. As demais empresas, Banco Itaú, Grupo CCR, Amil, Linx e Globosat atuam através de divulgação e apoio financeiro.

Se nas redes de relações internacional e nacional do IAS a presença do setor privado se dá pelo ASFL e pelo setor privado, a análise dessa rede na cidade de Maceió, apesar de suas particularidades, segue uma lógica aproximada. A materialização desta rede se dá por dois caminhos, o primeiro são as relações identificadas com o comitê gestor dos programas e o segundo a relação de compra de livros didáticos preconizada pelos programas implementados na rede. Apresentando o seguinte desenho:

**Figura 3** – Rede de relações dos programas do IAS parceiros da SEMED em Maceió-AL (2015-2020)



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Nota-se que na rede de relações do IAS na capital alagoana as principais relações do comitê gestor dos programas são vinculadas majoritariamente com o setor público, representado pela SEMED e o MEC; além de Associações Sem Fins Lucrativos (ASFL), representados pela Câmara Brasileira de Livros e a UNDIME. As análises dos vínculos com a UFAL expressam-se na formação dos membros do comitê, seja na graduação ou na pós-graduação, fato que nos permite inferir tão somente que a formação oferecida pela Universidade Federal de Alagoas não possui a crítica às parcerias público-privadas enquanto hegemonia de formação.

A relação com a UNDIME se dá através de um membro participante na condição de coordenador do programa (ProInfo), programa pertencente originalmente ao Ministério da Educação (MEC) e é difundido no município.

No entanto, a constituição da UNDIME possui características particulares uma vez que apesar de ser por direito uma associação sem fins lucrativos, a entidade reúne dirigentes municipais de educação. Fato este,



que atenua a interseção entre o setor público e o privado e reforça que apesar do comitê gestor dos programas na capital de alagoas ser majoritariamente composto pelo setor público é persistente e expansiva a capilaridade do setor privado na educação pública maceioense.

É o comitê gestor quem direciona as orientações do IAS para toda a rede, sejam essas orientações no âmbito da gestão ou ensino-aprendizagem. As diretrizes iniciais oriundas deste comitê ocorreram em 2015 no que tange à gestão da SEMED. Dentre elas, a inserção do Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (SIASI), posteriormente substituído pelo Panorama, enquanto ferramenta primeira de diálogo e acompanhamento da implementação das ações dos programas, exigindo uma adequação da SEMED ao modelo gerencial de gestão através de um alto controle e ações com base em metas e indicadores pré-estabelecidos pelos programas.

Nessa relação, as empresas privadas se apresentam através da Global Editora em estreita relação com a ASFL Câmara Brasileira de Livros. Essas duas entidades tornam viável a compra de livros didáticos obrigatórios e exclusivos dos programas implementados na rede pública de ensino de Maceió-AL. Através do processo de exclusividade os programas do IAS estimulam as vendas do mercado de editoras parceiras ainda que o município pudesse recorrer ao Programa Nacional de Livros Didáticos – PNLD para a aquisição de material similar de forma universal e gratuita, alterando assim, o destino do investimento dos recursos públicos da Educação Básica do município, fato que fortalece o mercado educacional e a rede de relações permitida pelo fenômeno das parcerias público-privadas.

Ao observar a rede de relações internacional, nacional e local do IAS, é possível compreender que existe um elemento totalizante na estrutura e composição desta, de modo que é sempre possível observar configurações similares nos três âmbitos. Além disso, é notável que a disposição em rede das parcerias público-privadas do IAS atua no sentido de capilarizar as orientações do setor privado articulado globalmente, ao influenciar a sociedade política, no cerne da gestão de estados e municípios.



O IAS, na medida em que oferta seus produtos e serviços educacionais, vai obtendo não apenas a aprovação de quem compõe o setor público, mas seu consentimento ativo, o que leva esses indivíduos a acreditarem que, de fato, a única solução possível para uma educação de qualidade é a gestão pró-mercado.

A articulação em rede do IAS não possui fim em si mesmo, mesmo que essa forma de organização, por si só, já alimente o mercado educacional consideravelmente. É possível ainda identificar os meandros dos projetos de sociedade e educação promovidos por tal articulação. A principal manifestação desse projeto pode ser encontrada na ideia chave presente em todos os programas do IAS, o conceito de “Educação para o século XXI”.

Comungando com o diagnóstico neoliberal de que o setor público é ineficiente, as ideias promovidas pelo Instituto Ayrton Senna (IAS), em consonância com os ideais da Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), julgam a educação pública como um local atrasado. O diagnóstico realizado por estas entidades compreende que o atual sistema educacional foi construído para o século XIX e que o século XXI exige a formação de pessoas adaptáveis aos desafios deste novo século. Educar para o século XXI seria, analisando à luz das contribuições críticas de Mészáros (2008), o novo imperativo do capital para a correção da educação.

No processo de adaptação dos trabalhadores ao modelo de trabalho industrial, que Gramsci (2001) chamou de adaptação psicofísica, evidentemente, corpos e mentes precisaram se adaptar ao modelo da fábrica, das escolas, e da estrutura social. Partindo dessas necessidades de quem detém a hegemonia, a educação é considerada um instrumento para “[...] elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e processo produtivo” (GRAMSCI, 2001, p. 248).

Nesse sentido, a rede de relações é imperativa ao propor reformas educacionais que alterem o conteúdo, a forma de ensino e gestão presentes na educação pública. De modo que sirvam para formar indivíduos adaptados a uma relação de trabalho flexível, portanto, adaptados a um



mercado competitivo em que é o próprio sujeito que deve buscar sua qualificação. Deste modo, o movimento hegemônico lança o imperativo de correção da educação, de sua situação de atraso, segundo diagnóstico dado, para uma educação adaptada às necessidades econômicas do século XXI.

A ideia de educação para o século XXI parte, pois, da compreensão de que as escolas precisam formar “[...] pessoas mais flexíveis, abertas ao novo, criativas, comunicativas e resilientes” (RAMOS, 2017, p. 1). Para alcançar tal formação, o IAS parte do pressuposto, corroborando com as diretrizes da UNESCO, de que a educação pública necessita de reformas para tornar os currículos escolares mais flexibilizados, de forma a incluir estudos sobre programação, métodos híbridos de ensino e gamificação, elegendo as novas tecnologias enquanto a nova solução para os problemas históricos da educação pública. Outrossim, considera-se que o fim último dessas reformas é adaptar os estudantes da educação pública a um mercado de trabalho que almeja o desenvolvimento através das novas tecnologias e da competição.

Observa-se que a materialização dessas propostas ocorre mediante a ideia de ensino integral construída sobre os quatro pilares da educação desenvolvidos pela UNESCO, fator comum entre os cinco programas analisados na parceria do IAS firmada em Maceió-AL. É o que podemos observar no trecho adiante:

Quando falamos em educação integral, não estamos falando em escola em tempo integral - o que também é desejável -, mas numa escola capaz de desenvolver os quatro pilares da educação voltada para o século XXI: aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a conhecer (RAMOS, 2017, p. 1).

No sentido de alcançar esses quatro pilares, o IAS organiza sua concepção de educação integral em competências cognitivas e socioemocionais. Sendo a primeira, com foco na leitura, escrita e contagem, e a segunda, classificada em quatro: relacionar-se consigo mesmo, relacionar-se com os outros, ser autoproposto (estabelecer metas para si



mesmo e segui-las), tomar decisões responsáveis e abraçar novas ideias (lidar com desafios).

Não à toa, os conceitos em que o IAS se baseou para a construção de sua proposta educacional foram retirados do relatório da UNESCO. Este intitulado “Educação: um tesouro a descobrir” (1998) foi organizado e escrito por Jacques Delors, político francês, formado pela Universidade de Paris e que fez parte da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

Desta maneira, “Os quatro pilares da educação, propostos pelo autor, mostram que as diferenças individuais são consideradas importantes e fundamentais para que cada indivíduo encontre o melhor lugar nessa sociedade” (CAETANO, 2019, p. 121). Essa forma de ensino tem como objetivo a formação de um sujeito adaptável ao mercado na medida em que se diminui a importância dos conteúdos escolares em detrimento da aquisição de um saber imediato e utilitário. Assim sendo, o projeto educacional defendido pela rede de relações do IAS representa uma ascensão das ideias de produtividade e competitividade enquanto norteadores sociais, de modo a se contrapor aos princípios de coletividade, democracia e justiça social.

Por fim, infere-se que estamos diante de uma reforma estrutural das políticas educacionais que direciona a educação brasileira para um modelo educacional pautado na pedagogia das competências, articulado intimamente com o movimento global de hegemonia dos princípios neoliberais enquanto norteadores da prática social. Essa mesma reestruturação em curso possui enquanto principal estratégia o deslocamento do papel dos agentes privados, manifestados através das Associações Sem Fins Lucrativos e empresas privadas, para o centro da formulação, implementação e avaliação destas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exposto evidencia que a dimensão histórica das PPP envolve o reordenamento político global oriundo da reestruturação neoliberal do modelo capitalista de produção e problematiza as implicações dessa



dimensão na compreensão do papel da educação ao transportá-la para um lugar que não lhe é próprio, o lugar da promoção do desenvolvimento econômico e formação humana para os ideais de uma sociedade competitiva.

Por sua vez, a rede de relações do Instituto Ayrton Senna para a implementação de suas ações e projetos por meio das PPPE se apresenta enquanto um substancial propulsor das orientações dos organismos internacionais que, neste contexto, centraliza e capilariza as principais orientações para o setor educacional e, entre elas, encontra-se o direcionamento para as parcerias público-privadas educacionais, eleitas pelo setor empresarial e aderidas pelos governos como a principal estratégia de gestão educacional.

Dentre os aspectos observados salienta-se a ampla adesão da sociedade política aos programas do IAS independente da tendência política ocupante das estruturas estatais. Nessa relação estreita dos organismos internacionais com as estruturas estatais brasileiras é a preponderante atuação do setor privado na rede de relações emergente através das ASFL e das empresas privadas.

Outro aspecto que merece relevo é a observância de que na rede de relações internacionais analisada a UNESCO ocupa papel de destaque no que tange às orientações pedagógicas adotadas pelos programas do IAS implementados na rede de Maceió-AL, tornando-se assim a bússola orientadora da ideologia adotada. Por sua vez, as empresas privadas que orbitam nessa relação parecem ter como principal interesse a dedução de impostos, a divulgação de seus produtos educacionais e a contribuição para a capilarização das ideias e conceitos neoliberais defendidos.

A análise das relações nacionais nos demonstra a imbricação das orientações dos organismos internacionais na estrutura educacional estatal brasileira de tal modo a se confundirem com as orientações do próprio Estado, evidenciando uma hegemonia de tais princípios e ideias. Além de revelar as parcerias público-privadas aparenta ser um negócio extremamente lucrativo não apenas para empresas educacionais nacionais



e internacionais, mas também para a pluralidade de empresas privadas oriundas de setores distintos.

Assim, no movimento de hegemonia dos ideais neoliberais através da rede de relações para a implementação dos programas do IAS a obtenção do consenso é algo alcançado. Por conseguinte, essa aproximação entre setor público e privado evidencia um projeto de educação que engendra conceitos e ações que tornem a escola pública um espaço de formação primordial para a adaptação ao trabalho flexível e a competitividade em âmbito nacional. Em Maceió, as marcas deixadas podem ser percebidas na adequação das estruturas da rede ao sistema de gestão da política educacional através de metas e índices, na considerável despesa com a implantação e manutenção dos programas e no direcionamento da política de alfabetização e gestão da educação municipal de acordo com as bases filosóficas e práticas adotadas pelo IAS.

Interpreta-se, pois, estas marcas deixadas no Brasil e no município de Maceió como o fim último do movimento que envolve o fenômeno global das PPPE, mediado por uma das mais capilarizadas instituições privadas brasileiras, o IAS. Este último capaz de implementar com destreza as orientações dos organismos internacionais. Ao tempo em que a educação em prol do aprofundamento da sociedade de mercado se alastra pela educação pública, o lucro com os movimentos realizados pela rede de relações impetrada não se destina a rede pública, mas retroalimenta o ciclo que envolve as PPPE.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. **Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional.** Relatório de pesquisa, 2010.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Thompson, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições, 1977.

CAETANO, M. R. A proposta do Instituto Ayrton Senna para educar no século 21 ou uma velha proposta com nova roupagem. **Revista da Faculdade de**



**Educação**, Vol. 24, Ano 13, n. 2, p. 113-133, jul./dez. 2015.

DOI/1030681/21787476. Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3955>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CÊA, G. S. S.; PAZ, S. R. **Quadro categorial**: referências para o levantamento de análise de dados. Material interno de pesquisa do GP-TESE/UFAL, 2012.

CÊA, G. S. S. Parceria público-privada em educação como fenômeno econômico, político e cultural: explorando contribuições teóricas gramscianas. **Texto-síntese de pós-doutorado**. 2016.

CÊA, G. S. S. Parcerias público-privadas e hipertrofia do mercado na educação. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, v. 13, n. 1, p. 30-47, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.44350>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44350/2460> 1. Acesso em: 28 ago.2020.

COSTA, M. F. S. **O programa gestão nota 10**: parceria público-privada na educação. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, v. 201, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. Caderno 22 (1934): Americanismo e fordismo. In: GRAMSCI, A. **Temas de cultura**. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Vol 4. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2007.

MASSON, G. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. **Anais**. IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL: a Pós-Graduação e suas interlocuções com a Educação Básica, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012, p. 1-13, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICHEL, J. C. M. et al. **A ação do instituto Ayrton Senna na gestão das políticas educacionais**: alianças sociais e legitimação do gerencialismo na educação. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí/SC, 2010.

PECI, A. **O impacto de reestruturação e privatização na gestão integrada do setor de energia elétrica**: análise do setor a partir da abordagem de redes.



Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2000.

PERONI, V. M. V. O público e o privado na gestão e financiamento de sistemas educacionais públicos: um estudo dos programas da Rede Vencer, coordenado pelo Instituto Ayrton Senna. **Anais**. Simpósio Brasileiro (23: 2007 nov. 11-14); Congresso Luso-Brasileiro (5: 2007 nov. 11-14); Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. Cadernos Anpae, n. 4, Porto Alegre, 2007, nov., p. 11-14.

POJO, O. C. **A parceria público-privada do Instituto Ayrton Senna e a Prefeitura Municipal de Benevides**: entre os desafios (pro) postos e os limites da realidade. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará. Belém/PA, 2014.

RAMOS, N. M. **Estudantes paulistanos se preparam para o século XXI**. Instituto Ayrton Senna: São Paulo, p. 1, 2017. Disponível em: <https://www.institutoayrtonsenha.org.br/pt-br/conteudos/estudantes-paulistanos-se-preparam-para-o-seculo-XXI.html>. Acesso em: 28 ago. de 2020.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança da educação mundial. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, 2012. DOI: 10.1590/ES.234679. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/J4LqqtJBmwML9cR4dg8p65L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 ago. de 2020.

SANTOS, K. K. F.; CÊA, G. S. S.; SILVA, S. R. P. Governança, parcerias público-privadas e educação: aproximações teóricas. **Anais**. SBPC Educação / 70ª Reunião Anual da SBPC, Maceió/AL/Universidade Federal de Alagoas, 2018, p. 789-792.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC**, Florianópolis, v. 23, p. 427-446, 2005. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>. Acesso em: 28 ago. de 2020.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **A Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, F. X. **Produção Acadêmica sobre o Instituto Ayrton Senna (2002 -2015)**: características e contribuições. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -



Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos Biblioteca Depositária:  
undefined, 2016.

SOUZA, S. A.; CAETANO, M. R. Redes de relações e o Instituto Ayrton Senna.  
In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. Análise das consequências de parcerias firmadas  
entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta  
educacional. **Relatório de pesquisa**, 2010.

STABELINI, A. M. **A gestão entra em cena**: um estudo do programa gestão  
nota 10 do Instituto Ayrton Senna. Dissertação (Mestrado em Educação) -  
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2013.

Recebido em: 15 de outubro de 2021.

Aprovado em: 11 de janeiro de 2022.

Publicado em: 24 de fevereiro de 2022.

